

POLÍTICAS PÚBLICAS E “PRATICANTES ORDINÁRIOS DA CIDADE”¹

Aborda-se aspectos das políticas públicas que buscam relacionar intervenções urbanas à preservação do patrimônio cultural. Mediante a apropriação de “imagens-sínteses” da cidade do Rio de Janeiro, o poder público agrega, num só projeto, ambiciosas pretensões de intervenção urbano-cultural. Nestas intervenções, as resistências sociais – em espaços abandonados por décadas pelo Estado – têm sido tratadas de maneira superficial. O (re)conhecimento destas resistências permitiria a compreensão das memórias de diversos grupos sociais, atualizadas através de relações sociais tecidas no cotidiano.

Introdução

O texto enfoca as políticas públicas recentes que, sob as denominações de revitalização, requalificação (VASCONCELLOS e MELLO, 2006) e outras, buscam relacionar intervenções urbanas à preservação do patrimônio cultural. O entrelaçamento de aspectos dos campos urbanístico e cultural, evidente nessas políticas, levou-nos a denominá-las como políticas destinadas à implementação de projeto urbano-culturais. Mediante a apropriação de certas “imagens-síntese” da cidade do Rio de Janeiro, como “Rio – capital cultural” (RIBEIRO, 2006), verificamos que o poder público agrega, num só projeto urbano, pretensões de intervenção ambiciosa e de complicadas possibilidades de sua implementação. A escolha de alguns trechos da área central da cidade, impregnados de valorização simbólica relacionada a determinados períodos da história, densos de significados mnemônicos para grupos sociais privilegiados, eleva a complexidade do seu acionamento nos dias atuais.

No intuito de contextualizar as propostas de intervenções embutidas nessas políticas, o texto aborda a questão das políticas culturais: menciona aspectos da sua institucionalização na França (DUBOIS, 1999) e no Brasil (CARLOS, 1997); e explicita processos recentes na cidade do Rio de Janeiro. Assim, nas políticas urbano-culturais recentes, como exemplifica o Projeto de revitalização da Praça Tiradentes e Arredores, não se verificou um olhar mais abaixo, dirigido aos “*praticantes ordinários da cidade*”, entre esses, os moradores, os “*caminhantes, pedestres (...), cujo corpo obedece aos cheios e vazios de um ‘texto’ urbano que escrevem sem poder lê-lo*” (CERTEAU, 1998). As resistências sociais – espaço praticado ao longo de décadas de abandono por parte do Estado – têm sido tratadas de maneira superficial. O (re)conhecimento destes processos permitiria uma atuação mais profunda e a percepção da existência de uma pluralidade de memórias vivenciadas por diversos grupos sociais, através de relações sociais tecidas no cotidiano da cidade do Rio de Janeiro.

Sobre a temática preservacionista: da renovação à preservação

As políticas públicas referidas aos projetos urbano-culturais inserem-se num campo analítico que suscita investigações complexas, ainda não consolidadas, no âmbito do planejamento urbano. A recente incorporação da cultura e da memória da cidade aos projetos urbanos constitui uma temática que representa um ponto crucial dessa complexidade. Visões recorrentes sobre a estruturação urbana, sobretudo aquelas inseridas na gestão municipal do planejamento urbano, propõem planos e projetos analisando separadamente aspectos urbanos e culturais. Uma das razões deste afastamento reside na própria estrutura administrativa do Rio de Janeiro, na qual as secretarias municipais de Urbanismo e das Culturas atuam, muitas vezes, de maneira estanque.

Reafirmamos, em nossa investigação, a postura das ciências sociais de que estes aspectos não se configuram isoladamente e que, em razão disso, o espaço físico da cidade deve ser sempre considerado em suas relações culturais². Nessa perspectiva, os projetos urbanos vinculados ao patrimônio cultural, em curso no Rio de Janeiro, assumem parcialmente o papel de articuladores das áreas do urbanismo e da cultura na gestão urbana. No entanto, expressam também as contradições, as demandas e os impasses dessa abordagem nas tentativas recentes de sua implementação.

Com base em texto elaborado por Vasconcellos e Mello³ e em Cury⁴, acrescido de algumas referências adicionais, buscamos um esclarecimento a respeito das diversas terminologias que têm sido acionadas para definir e conceituar as intervenções urbanas recentes, visando à recuperação de tecido urbano antigo. Nosso intuito é expor a diversidade das denominações contemporâneas que exprimem essas intervenções, muitas vezes utilizadas como sinônimos, sem pretensão ou preocupação estrita com o seu significado. Além disso, nos textos analisados, apontamos especificamente os conteúdos referidos ao patrimônio cultural urbano, como é caso do projeto abordado neste texto.

Desse modo, assinalamos os seguintes termos, propostos a partir de meados do século XX para identificar as atuações do poder público nas áreas urbanas: “preservação”, “revitalização”, “valorização”, “requalificação”, “reabilitação”, “restauração”, “conservação”, “regeneração”, “reestruturação”, “estruturação”⁵. Para compreendê-los melhor, contudo, devemos nos reportar à concepção que os precedeu, referente aos planos de “renovação urbana”, cujas origens remontam a meados do século XIX. A reforma da cidade de Paris – efetuada na administração de Haussmann, entre 1851 e 1870 – tem sido considerada como exemplo clássico

de “renovação urbana”. Com a destruição de grande parte da estrutura urbana anterior, foram abertas amplas avenidas e estendidos os limites da área urbanizada.

Dentre outros exemplos recorrentemente mencionados, é significativa, para o nosso estudo, a reforma implementada por Pereira Passos no Rio de Janeiro, então capital da República, entre 1903 e 1906. Essas intervenções têm sido associadas aos preceitos sintetizados na Carta de Atenas publicada pelo arquiteto Le Corbusier em 1942, que contém as idéias do Urbanismo Racionalista ou, como é geralmente reconhecido, o Urbanismo Funcionalista⁶. Há outras interpretações para o conjunto das intervenções aqui abordadas, como a de Simões Jr⁷ que, no entanto, não procuraram desvendar a diversidade de denominações existentes.

Com efeito, para tratar da temática preservacionista, termo amplo que poderia englobar os demais, consideramos a formulação de cada uma das definições, noções ou conceitos citados anteriormente. Sumariando esta abordagem⁸, apresentamos alguns comentários de ordem geral, relacionados à constituição da temática preservacionista. Nesse intuito, devemos frisar dois marcos significativos no processo analisado.

O primeiro, referente ao período compreendido entre as duas guerras mundiais, é relevante para a arquitetura e o urbanismo europeus em razão da necessidade de reconstrução do ambiente urbano destruído, problema agravado pelo amplo déficit habitacional decorrente dos confrontos da Primeira Guerra. Nesse complexo contexto, em que o Estado passou a subsidiar a construção de conjuntos habitacionais e tornou-se importante cliente dos arquitetos, diversos fatores contribuíram para a emergência do movimento da arquitetura moderna na Europa e, para a realização do primeiro Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), em 1928, em La Sarraz, na Suíça⁹. Desencadeou-se, assim, o processo que culminou com a publicação da Carta de Atenas, resultante das idéias desenvolvidas no 4º CIAM e interpretadas por Le Corbusier. Desse modo, fortaleceu-se a concepção de “renovação” urbana, fundamentada em intervenções a partir de *tabula rasa*, que ainda influenciou algumas gerações de arquitetos e teve entre os seus discípulos um relevante grupo de arquitetos brasileiros.

O segundo marco diz respeito ao período pós-Segunda Guerra, quando novamente verificamos a premência de reconstrução do tecido urbano destruído, sobretudo em cidades europeias, mas também em asiáticas. Embora os planos de renovação urbana continuassem a ser implementados em alguns lugares, nesse período, as críticas ao movimento moderno já se evidenciavam, influenciando o surgimento da concepção preservacionista, anunciada desde a publicação da Carta de Atenas de 1931, e explicitada nas Cartas Patrimoniais dos anos 1960¹⁰. Iniciava-se, então,

o período das reconstruções e da preocupação com a preservação, em substituição ao período anterior, de renovação urbana, também conhecido como período das demolições.

Vale mencionar que a inclusão da temática preservacionista nas políticas urbano-culturais inseriu o reconhecimento da história e da memória nas análises e intervenções espaciais. No entanto, na prática, essas propostas vêm adquirindo distintas feições e a implementação de projetos de preservação não estão asseguradas, a despeito das boas intenções de alguns representantes do poder público alocados nas equipes técnicas, ou do interesse de alguns representantes de cargos políticos do primeiro escalão. Esses projetos são, muitas vezes, desconectados das possibilidades de viabilizar sua vertente de inserção social ou não constituem, de fato, propostas inclusivas. Nesses casos, propostas ditas preservacionistas têm sido recorrentemente relacionadas a processos de elitização, freqüentemente aludidas como gentrificação¹¹.

Sobre as políticas culturais: aspectos do contexto francês e do brasileiro - Rio de Janeiro

Incluídas no campo de ação dos poderes públicos, as políticas culturais revelam, ainda hoje, incerteza quanto aos seus objetivos, imprecisões na definição de suas fronteiras e estão sujeitas a polêmicas freqüentes. A afirmação é de Dubois¹², cuja investigação expõe alguns pontos significativos a respeito dessas políticas, âmbito em que se insere o projeto de revitalização investigado neste texto.

O autor assinala que as políticas culturais formam um conjunto de ações que se justapõem, compondo um campo fragilmente estruturado, delineado por uma multiplicidade de funções e de formações; constata que o campo cultural vêm se modificando ao longo do tempo, identificando-se, recentemente, a incerteza na setorização de suas funções e a ausência de um grupo homogêneo e estável no corpo dos agentes do Estado, o que denotaria fraca identificação com os seus interlocutores.

Ao investigar as razões do quadro esboçado, remete-se à interpretação léxica, esclarecedora de parte dessa ambigüidade: o problema residiria na institucionalização das intervenções culturais, que incorpora a polissemia da palavra “cultura”. Ou seja, o próprio uso desse termo para designar uma política encobriria justamente o que provoca esse problema. Ademais, por tratar-se de uma categoria de intervenção pública, as condições particulares da sua estruturação no século XIX teriam engendrado as dificuldades de definição desta categoria: um problema central na formação do campo cultural naquele período estaria relacionado à questão da

criação artística e aos movimentos dos intelectuais, que foram, em parte, construídos contra o Estado.

Nesse processo, uma vez que a cultura foi instituída como uma categoria de intervenção pública, as questões contra o Estado ao final do século XIX foram reformuladas, agora em sentido contrário ao da sua gênese. A “democratização cultural” deixou de constituir um atributo dos intelectuais que se opunham às instituições do poder. O Estado passou a incorporar *experts*, nomeados pelo ministério, que se apropriaram dessa questão para definir a função estatal, elaborar e avaliar os dispositivos de intervenção pública que permitem a implementação das políticas culturais¹³. Assim, quatro décadas após a criação de um Ministério de Assuntos Culturais (1959), a relação entre órgãos públicos e a iniciativa privada já havia se invertido: os primeiros, que no passado apenas validavam os resultados das demandas, passaram a determinar a atividade e as escolhas da segunda.

Nesse novo contexto, os agentes do Estado passaram a intervir na definição da cultura, organizando as instituições culturais e apropriando-se da questão da política cultural. Entretanto, adverte Dubois, haveria o risco de que os resultados preconizados nessa mudança do tratamento da cultura no âmbito do Estado não fossem alcançados, visto vir ela ocorrendo por meio de uma definição de cultura fluida, vaga, e devido ao fato de que a nova situação venha suscitando resistências. Considerando a pretensão de ampliação demasiada das questões culturais e a sua nítida inserção nas relações sociais, as políticas culturais passaram a configurar um campo de ação controverso e instável. Além disso, ao serem elaboradas e geridas por especialistas oficiais e por administradores da cultura em instâncias e instituições estatais, as políticas culturais tornaram-se problemas do Estado, o qual se apropriou das pretensões universalistas do mundo intelectual e artístico.

Em suma, o texto de Dubois evidencia as possíveis dificuldades que advêm do âmbito dessas políticas públicas, referidas à questão cultural. Podemos verificar entraves semelhantes para o caso brasileiro e, mais especificamente, no que diz respeito aos projetos propostos para o Rio de Janeiro. A gênese das políticas culturais na França revela o embate ocorrido entre o Estado e determinados segmentos sociais no processo de institucionalização dessas políticas. Para a nossa investigação, interessa salientar dois aspectos no estudo de Dubois: (1) a idéia de que essas políticas emergem contra o Estado e, posteriormente, transformam-se em políticas do Estado que passa a ser produtor da cultura; (2) o fato de que as políticas culturais constituem um campo amplo e pouco preciso até os dias atuais. Estes seriam os aspectos mais gerais, que poderíamos relacionar ao contexto investigado neste estudo.

Em relação ao primeiro, destacamos que a institucionalização ocorreu, no Brasil, 16 anos após o caso francês, com a criação, em 1985, do Ministério da Cultura no bojo do processo de redemocratização do país. Anteriormente, a política de preservação era conduzida pelo SPHAN¹⁴ – que nos espaços intra-urbanos era restrita a monumentos/edificações, destacados do seu contexto sócio-cultural e espacial mais amplo. Posteriormente, este órgão, que passou denominar-se IPHAN, ficou vinculado ao novo Ministério¹⁵. Assim, desde os anos 1930, a política cultural relacionada ao patrimônio edificado constituía-se como ação ditada pelo Estado. Entretanto, no processo histórico brasileiro subsequente, verificaram-se algumas mudanças e, desde a década de 1980, observou-se uma modificação significativa nas ações do poder público referidas ao patrimônio urbano edificado. Na cidade do Rio de Janeiro, a partir do movimento que culminou com a aprovação do projeto Corredor Cultural, passou-se a considerar trechos inteiros como objetos de preservação, e não apenas monumentos isolados¹⁶. Com a aprovação da lei que determinou o limite da área do Corredor Cultural e da lei que o reconheceu como Zona Especial do centro histórico do Rio de Janeiro¹⁷ e imprimiu as condições básicas para a preservação paisagística e ambiental –, a nova concepção preservadora assumiu a noção de patrimônio cultural, e não mais de patrimônio histórico.

Em 1986, foi também institucionalizada, na cidade do Rio de Janeiro, a Secretaria Municipal de Cultura que, desde 2001, passou a denominar-se Secretaria Municipal das Culturas. O Departamento Geral de Patrimônio Cultural – DGPC, que tratava da maior parte dos projetos urbano-culturais, inseria-se nesta Secretaria, até recentemente, quando ficou subordinado à recém-criada Secretaria Extraordinária de Promoção, Defesa, Desenvolvimento e Revitalização do Patrimônio e Memória Histórico-Cultural da Cidade do Rio de Janeiro – SEDREPAHC. A prolixidade observada na nomeação desta última secretaria, pode ser mais um indício da problemática que envolve as questões culturais, sobretudo daquelas referidas ao patrimônio cultural urbano.

Considerando esse registro sintético da origem das políticas culturais como prerrogativas do Estado, reiteramos que o Projeto Corredor Cultural, iniciativa do poder público municipal, foi precursor quanto ao tratamento preservacionista de áreas da cidade¹⁸, especialmente se levarmos em conta que a sua ideiação é oriunda de um grupo interdisciplinar. Considerada por Simões Jr¹⁹ como a experiência mais bem sucedida em andamento no país, esse projeto é, ainda assim, passível de críticas, o que se afigura significativo para a sua compreensão e das intervenções preservacionistas mais recentes.

O Corredor Cultural foi proposto pelo próprio Estado, mas, depois dele, a maior parte das Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APACs), instrumento legal de

preservação de trechos urbanos na cidade do Rio de Janeiro, foi implementada a partir da reivindicação de Associações de Moradores de Bairros²⁰. Essa situação confirma a concepção de que o Estado se apropria das reivindicações de determinados segmentos sociais e passa a exercer a função de promotor desse instrumento de preservação da memória da cidade. Dois processos recentes são significativos para exemplificar a idéia exposta. No caso do projeto do Distrito Cultural da Lapa, a despeito de o governo afirmar, em diversos momentos, ter sido sua a proposta de implementação de um projeto destinado à implantação de atividades culturais na área da Lapa, verificamos a existência de um fato esclarecedor ocorrido anteriormente: a reivindicação de alguns grupos teatrais, de instalar suas atividades naquela área, que antecedeu a proposta oficial de lançamento desse projeto. Outro exemplo é o projeto das Lonas Culturais, tão apregoado pelo atual secretário municipal das Culturas como projeto de sua lavra, mas que também surgiu a partir de grupos sociais reivindicadores²¹.

Tomando, finalmente, o objeto de nossa investigação neste texto, o Projeto de Revitalização da Praça Tiradentes, observamos uma situação contrária: trata-se, efetivamente, de proposta do próprio Estado e, em boa parte por esse motivo, as equipes que o assumiram no decorrer de cerca de oito anos de tentativas de sua implantação enfrentaram e continuam enfrentando uma série de obstáculos à sua implantação. A iniciativa que deu certo, na interseção dos projetos da Lapa e da Praça Tiradentes, foi a da “revitalização” da rua do Lavradio, fruto de reivindicação de comerciantes locais. Portanto, trata-se de mais um projeto engendrado por segmentos sociais e apropriado pelo Estado.

O segundo aspecto evidenciado na perspectiva analítica de Dubois, que diz respeito à imprecisão das políticas culturais, remete à multiplicidade de sentidos da palavra cultura. Considerando que ambas as denominações, cultura e memória, carregam o fardo da imprecisão, da complacência, assinalamos a complexidade e conseqüente dificuldade de gerir os projetos urbano-culturais. O mesmo pode ser verificado no que respeita à noção de lugares de memória, de Pierre Nora (1984), que pode ser apropriada para a compreensão de aspectos significativos das APACs e dos chamados projetos de revitalização urbana. Sendo a memória polissêmica, aos chamados lugares de memória também é atribuída a dificuldade de clareza. Mesmo considerando rigorosamente as palavras que os definem na visão de Pierre Nora, podemos afirmar não há objeto, monumento, ambiente urbano que não possa ser incluído ou considerado, por alguns, como lugar de memória. Acresça-se a isso, a nova inserção do DGPC à recém-institucionalizada SEDREPAHC, que pode revelar mais um indício de que as políticas culturais constituem um campo amplo e pouco preciso até os dias atuais.

Projeto de revitalização da praça Tiradentes²² : levantamento sócio-econômico, projeto social e “praticantes ordinários da cidade”

Concebido no âmbito do Programa Monumenta, o Projeto de Revitalização da Praça Tiradentes e Arredores incluiu o Rio de Janeiro no primeiro grupo de cidades selecionadas para a reabilitação de sítios históricos em território nacional²³. Resultado de parceria entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Governo Federal, mediante a atuação do Ministério da Cultura (MinC) e do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Programa Monumenta tem como objetivo a “reabilitação” de áreas históricas em cidades brasileiras, por meio de convênio estabelecido com as prefeituras de cada localidade-alvo. No Rio de Janeiro, o trecho destinado à implantação do projeto localiza-se no Centro,

área mais importante da cidade, por concentrar sedes de empresas, atividades de serviços, comércio e também por ter expressiva quantidade de equipamentos culturais de inestimável significado para o município e para todo o país, visto que guarda uma grande parte da nossa história e cultura²⁴.

Com o intuito de “revitalizar” o patrimônio cultural do Centro, a escolha do poder público municipal abrangeu a Praça Tiradentes e um entorno de dez quadras, inseridos nos limites de duas Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APACs)²⁵. Toda a área delimitada pelo projeto foi destinada à revitalização e valorização dos aspectos característicos de sua paisagem urbana, por meio da restauração de imóveis legalmente protegidos – seja em nível municipal, estadual e/ou federal – e de logradouros, mediante a recuperação da sua infra-estrutura urbana. De acordo com relatórios oficiais, o projeto priorizou aspectos sócio-econômicos e abrangeu imóveis públicos e privados.

Em meados de 1996, a Prefeitura da cidade começou a realizar as primeiras investigações visando à implementação do projeto e, cerca de quatro anos depois, em junho de 2000, foi selado o convênio entre o BID, o Governo Federal e a Prefeitura do Rio. O relatório divulgado em 2003²⁶ informa que o processo de implantação do projeto ocorreu por meio do conjunto de ações implementadas entre os anos de 1996 e 2002, que abarcou a realização de mais de uma dezena de estudos e projetos. Sob a coordenação da Secretaria Municipal das Culturas, por meio da Unidade Executora do Projeto de Revitalização da Praça Tiradentes – UEP Tiradentes, com ou sem o auxílio de equipe terceirizada ou a cargo do Instituto Pereira Passos – IPP, essas investigações foram efetuadas por diversos órgãos da própria Prefeitura ou por escritórios contratados para o desenvolvimento dos estudos ou projetos específicos.

Em nosso estudo, procuramos investigar as relações entre os objetivos iniciais do Projeto, seus desdobramentos e resultados obtidos, sobretudo quanto ao Projeto Social, no decorrer de cerca de oito anos de tentativas de sua implantação. A leitura dos documentos produzidos pela Prefeitura e pelo Ministério da Cultura, divulgados nos relatórios do projeto que analisamos, associada às informações obtidas nas entrevistas com representantes das equipes que participaram da elaboração do projeto²⁷, apontam uma dimensão da complexidade das questões analisadas. Constatamos que a intenção do BID, ao preconizar a implementação de um programa de “revitalização” urbana, era de solucionar praticamente todos os problemas sócio-espaciais de um trecho restrito da área central da Cidade do Rio de Janeiro. Seguiria a concepção preconizada para os chamados projetos urbanos, privilegiando determinadas áreas no contexto urbano que seriam beneficiadas pela reurbanização, restauração de imóveis, enfim, pela recriação de funções urbanas. Nesse contexto, a implementação do Projeto de Revitalização da Praça Tiradentes, conjugada ao Projeto Social que visava à promoção social da população moradora, objetivava a construção de um ambiente urbano exemplar, como resultado de um projeto pontual que serviria de modelo para outras intervenções.

Contudo, no relatório de ações supracitado, constatamos que apenas três intervenções haviam sido executadas: as obras emergenciais do Solar do Visconde do Rio Seco, da casa situada à Rua Gonçalves Ledo nº 11, e a reurbanização da Rua do Lavradio²⁸. Mais recentemente, houve continuidade de algumas ações previstas no escopo do Projeto, embora ainda pouco expressivas do conjunto. Com duração muito maior do que a prevista, algumas restaurações estão sendo realizadas²⁹, mas o seu andamento dependerá da obtenção de novo financiamento. Malgrado alguns esforços relativos ao contato com os grupos sociais afetados pela implantação do Projeto, mencionados adiante, as ações implementadas restringem-se, em grande parte, à restauração física da área. Em nosso estudo, ressaltamos a necessidade de inclusão, de fato, do tecido urbano socialmente construído pelos “praticantes ordinários da cidade”³⁰.

O campo sócio-econômico – investigação do poder público

Para compreender os investimentos nesse campo, passamos a abordar aspectos relativos ao Levantamento Sócio-Econômico realizado pelo poder público, destinado a fornecer subsídios para a elaboração do Projeto Social, ambos componentes do Projeto de Revitalização da Praça Tiradentes. Trata-se de uma investigação sobre as condições das moradias, dos moradores e sobre o uso e ocupação do solo nas imediações da Praça Tiradentes, que deveria auxiliar na compreensão do conteúdo

sócio-espacial da área, tendo em vista os possíveis impactos que ocorreriam no processo de implementação do projeto.

O levantamento foi efetuado em duas etapas, a primeira em 1998 e a segunda no ano seguinte, por intermédio da aplicação de questionário elaborado pela equipe responsável pelo projeto³¹, contratada pela Prefeitura. Apresentamos, a seguir, algumas características identificadas nesse estudo em relação às moradias e à população moradora na área do Projeto, além do depoimento de alguns transeuntes dessa área, significativos para a implantação das ações sociais.

Do conjunto dos dados coletados por Martins³², selecionamos aqueles que consideramos relevantes para a nossa análise. Num primeiro bloco de questões, referido às características das edificações, constatamos a predominância das edificações comerciais, com um percentual de 68% do conjunto, a presença significativa dos prédios mistos (15%) e daqueles restritos ao uso institucional (8%), além da diminuta expressão das residenciais, com 1,5%. Tal dado apenas comprova o que é claramente identificado na observação da área, isto é, a pouca representatividade da habitação em edificações de uso exclusivo. A presença do uso residencial, contudo, evidenciou-se nos imóveis de uso misto, que se encontram divididos em cinco categorias³³. O uso comercial associado ao residencial mostrava o percentual mais elevado, 44% do total das edificações de uso misto³⁴.

No segundo bloco de questões, dedicado às características dos moradores, observamos, inicialmente, que a proporção entre homens e mulheres era praticamente a mesma (49,6% eram do sexo masculino e 50,4%, do feminino) e sinalizamos a preponderância dos chefes de família do sexo masculino, com 66,6% do total. Ambos os resultados apresentavam valores percentuais esperados no contexto urbano.

No que se refere ao Tempo de Moradia no Bairro e no Domicílio, constatamos que aproximadamente 55% do total dos entrevistados eram moradores do bairro há mais de dez anos, e 45% referiam-se aos residentes no mesmo domicílio há mais de dez anos. Esses percentuais revelaram a existência de uma população moradora na área com um nível significativo de permanência, tanto no bairro quanto no domicílio.

Os dados anteriores podem ser relacionados aos que apontavam a Idade dos Moradores, demonstrando praticamente uma equivalência na distribuição percentual entre as faixas etárias que agregavam os moradores com idades entre 20 anos e mais de 65 anos. Os percentuais mais elevados posicionavam-se na faixa de 30 a 44 anos, com 27%, e na de 65 anos e mais, com 22%, aproximadamente. Desse modo, ambos os resultados remetiam a uma população relativamente estável quanto ao tempo de moradia na área investigada, a um significativo contingente de moradores adultos – portanto, em idade produtiva – e a uma relativa concentração de idosos.

Sobre o estado civil dos moradores, o levantamento evidenciou que mais de 40% dos moradores eram solteiros, e pouco mais de 30% eram casados³⁵. Além disso, assinalamos a presença de casais na condição de união consensual (7,3%) e de viúvos (6,1%). Quanto ao nível de escolaridade, os percentuais mais elevados referiam-se aos moradores que cursaram o ensino fundamental (47%) e aos que tiveram acesso ao ensino médio (24%). Cabe registrar que essas duas categorias totalizavam cerca de 70% dos moradores contactados, caracterizando nitidamente a baixa escolaridade da população da área investigada.

No que se refere à renda mensal dos moradores entrevistados, registramos cerca de 19% de ausência de respostas e observamos que havia uma distribuição percentual semelhante na maior parte das categorias. Assim, detectamos um importante contingente de moradores com renda até três salários mínimos (22%), em número um pouco mais elevado do que aqueles que recebiam entre três e cinco salários mínimos (cerca de 19%) e ligeiramente inferior aos que possuíam renda entre cinco e dez salários mínimos (24%). Quanto à renda mensal familiar, a omissão dos respondentes assemelhou-se aos dados anteriores, com um percentual de 19,4%. Nesse caso, constatamos que 17% das famílias auferiam renda mensal até três salários mínimos; 14%, entre três e cinco; e aproximadamente 32% localizavam-se na faixa entre cinco e dez salários mínimos.

Para identificar as atividades de trabalho dos respondentes, agregamos as ocupações identificadas em 12 categorias, considerando as profissões existentes na área investigada. Os dados analisados apontavam uma diversidade de ocupações, com preponderância dos “Trabalhadores de Serviço” – que totalizam 24% – e dos “Aposentados, Pensionistas e Militares Reformados” – que, junto com os “Aposentados com outra Ocupação”, reuniam aproximadamente 22% do total. A seguir, evidenciavam-se duas categorias com percentuais semelhantes: a das “Profissionais do Sexo”³⁶, com 12%, e a dos “Trabalhadores do Comércio”, com 11%.

Finalizando o conjunto de dados analisados no segundo bloco identificamos, também a partir de uma agregação das categorias contidas no levantamento efetuado pelo LABELT, os principais deslocamentos moradia-trabalho no espaço intra-metropolitano e intra-urbano. Assim, as dezoito categorias propostas naquele levantamento foram reduzidas a onze, sendo oito relacionadas aos locais de trabalho mencionados pelos entrevistados e três, relativas aos aposentados e pensionistas, aos que não estavam trabalhando e aos que não forneceram nenhuma informação. Destacamos, desses dados, que aproximadamente 66% dos respondentes exerciam suas atividades de trabalho na área central. Trata-se de percentual significativo, especialmente se considerarmos que cerca de 19% dos questionários aplicados referiam-se aos moradores aposentados, desempregados ou que não revelaram sua atividade de trabalho.

Sobre o Processo de Implantação do Projeto

Para compreendermos as tentativas de implantação do Projeto, destacamos, dentre os diversos participantes da elaboração do Projeto, o depoimento do arquiteto Almir Fernandes, coordenador da Unidade Executora do Projeto – UEP da Praça Tiradentes, entre os anos 1998 e 1999³⁷. Fernandes enfatizou a potencialidade do Projeto de Revitalização da Praça Tiradentes, que poderia ser sintetizada em três dimensões essenciais: revitalização da qualidade ambiental, procurando solucionar os problemas do trânsito, da poluição sonora e da poluição visual; a inserção social, por meio da formação de mão-de-obra para uma atividade que teria demanda crescente em razão das intervenções a serem realizadas no Centro da cidade; e o estímulo à moradia no Centro, função que deveria ser recuperada, pois seria muito conveniente para certos segmentos sociais. Estas três dimensões se alimentariam mutuamente e mesmo tratando-se de um projeto de revitalização urbana de um patrimônio cultural, seriam esses os pontos fundamentais, potencialidades do projeto, segundo o depoente. No entanto, essas potencialidades permaneceram muito distantes do que foi executado na área.

Nos primeiros anos de elaboração do Projeto, havia a proposta de criação de uma oficina-escola num dos prédios que seriam recuperados, mas a idéia, que englobaria a proposta de inserção social da população, não vingou. O que aconteceu – ainda que de forma parcial – foi a realização de alguns cursos profissionalizantes, no âmbito do Projeto Social, com resultados ainda pouco expressivos. No que concerne ao trabalho realizado com as profissionais do sexo atuantes na área do projeto – classificadas, pela SMDS e pela UEP-Tiradentes, como “população em situação de exclusão social” –, as iniciativas do poder público preconizaram a inserção social desse grupo. Contudo, as reuniões ocorridas entre representantes da Prefeitura e da ONG Davida, propondo atividades sócio-educativas e culturais, foram consideradas ingênuas pela coordenadora da Rede Brasileira de Profissionais do Sexo, Gabriela Leite³⁸. A SMDS propôs a realização de cursos de artesanato, visando à integração das profissionais do sexo em ocupações distintas da prostituição. A oferta foi recusada, e, em contrapartida, verificou-se a reivindicação por melhores condições de trabalho para a atividade de prostituição.

Além das demandas já assinaladas, outros grupos sociais presentes na área da praça e seu entorno também pleitearam soluções bastante diferentes das ações preconizadas pela Prefeitura. A arquiteta Ângela Martins³⁹, coordenadora do levantamento sócio-econômico, efetivou uma investigação complementar, de cunho qualitativo, no intuito de perceber as necessidades das pessoas que circulavam cotidianamente pela área da praça e suas imediações. Ao perguntar aos transeuntes sobre quais seriam as suas reivindicações no caso da implementação do projeto de

revitalização naquela área, Martins constatou que, de modo geral, tratava-se de pessoas com baixo poder aquisitivo, demandando primordialmente informações essenciais para a sua sobrevivência. Os transeuntes entrevistados reivindicaram a instalação de quiosques, onde pudessem receber informações sobre questões básicas do seu cotidiano: informações de natureza jurídica, como o significado de alguns documentos básicos e a forma de obtenção de uma cópia de documento autenticada e/ou com firma reconhecida em cartório; e informações sobre questões de saúde, incluindo-se a indicação de lugares para a internação de pacientes e um atendimento médico elementar.

Diante do quadro exposto, enfatizamos a ampla complexidade do Programa Monumenta proposto para a cidade do Rio de Janeiro, tanto em relação à implementação das obras de restauração quanto ao cumprimento das ações previstas no Projeto Social. A Praça Tiradentes foi acionada como espaço de memória, espaço simbólico da cidade, pelo mesmo poder público que, nos períodos de intervenções nitidamente rodoviaristas, teria contribuído para deixá-la praticamente esquecida. Nesse contexto, ao propor soluções para os problemas detectados nos estudos e investigações efetuados⁴⁰, o Projeto previa que, em aproximadamente três anos, seriam resolvidas questões decorrentes da ausência de atuação do poder público durante décadas.

O Projeto Social na Praça Tiradentes: “revitalização” ou “gentrificação”?

O projeto de Revitalização da Praça Tiradentes, em aproximadamente oito anos de implementação, expressou poucos resultados em termos da ambiciosa restauração de prédios prevista. No caso do Projeto Social, ainda que algumas ações tenham sido implementadas⁴¹, não houve a necessária percepção da amplitude dos problemas a serem priorizados. Em diversos momentos, verificamos que, ao impor a implementação desse projeto, o Estado ignorou as práticas espaciais existentes na Praça e seu entorno.

Os dados que apresentamos anteriormente, extraídos do Levantamento Sócio-Econômico, poderiam ter sido apropriados, pelo poder público, como subsídios significativos tanto para a elaboração quanto para o processo de implantação do projeto analisado. Entretanto, não verificamos nenhuma conexão clara das ações do poder público com esse estudo.

O Levantamento Sócio-Econômico demonstra que a área investigada era basicamente composta de moradores adultos e idosos que residiam no “bairro” há mais de dez anos. A apreciação conjunta das informações relativas ao estado civil dos moradores

e do seu nível de escolaridade, aliadas a outras observações contidas em relatório, confirmam algumas das características gerais da ocupação residencial na área central do Rio de Janeiro: as famílias geralmente são constituídas por um número restrito de pessoas, de baixa escolaridade, a maior parte tendo cursado apenas o ensino fundamental ou médio.

Os dados relativos à renda mensal dos respondentes e à renda mensal familiar sinalizavam a existência de uma população de baixo poder aquisitivo, com o mesmo percentual, de 31,5%, para famílias com renda mensal até cinco salários mínimos e para aquelas situadas na categoria entre três e cinco salários mínimos. Essas duas categorias perfazem mais de 60% do conjunto de respostas, percentual expressivo, principalmente se considerarmos que a ausência de informação nessa categoria constitui quase 20% do total de respostas.

Quanto à ocupação dos moradores, assinalamos a importância de atividades geralmente relacionadas à baixa ou média escolaridade, provavelmente vinculadas a ofertas de trabalho existentes na própria área central. Tal afirmação está ratificada nas informações obtidas sobre os locais de trabalho, segundo a qual aproximadamente 2/3 dos respondentes trabalham nessa área.

As atividades profissionais exercidas por esses moradores, localizam-se sobretudo no Centro (o “bairro”). No que diz respeito à pesquisa qualitativa, a carência acentuada dos transeuntes contactados, identificada pelas demandas de satisfação de algumas necessidades essenciais para uma sobrevivência digna, expõe ainda mais a problemática do quadro social percebido na área do Projeto.

Ao observarmos o interesse primordial focalizado na restauração de alguns prédios eleitos como espaços simbólicos para a cidade, constatamos que o comentado Projeto Social, concebido como um complemento da “revitalização” proposta, não logrou resultados substantivos. Sendo exigência do BID, agente financiador do Programa Monumenta, o Projeto Social foi impulsionado sobretudo a partir do ano de 2002, alternativa que restou quando houve riscos de paralisação definitiva das obras de restauração.

No período inicial de implantação do Projeto, a questão social parecia, muitas vezes, estar sendo tratada como um problema indesejável, constituindo um obstáculo aos objetivos da restauração física e da alteração de uso das edificações recuperadas. Respalda-nos nos depoimentos de alguns entrevistados, podemos considerar que o Programa Monumenta no Rio de Janeiro – onde não havia experiência anterior em projeto urbano envolvendo diversas esferas estatais e propondo a criação de um ambiente exemplar, tanto do ponto de vista social quanto do espaço construído, em área nobre da cidade – não poderia equacionar toda essa complexidade. Além

disso, um dos problemas cruciais na implementação desse Programa foi o intuito de descontextualizar um trecho da área central, destinando-o a uma valorização significativa em relação ao ambiente urbano que o circunscreve.

No que se refere à atuação institucional relativa à competência da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, que colabora com a Secretaria Municipal das Culturas, as propostas apresentadas demonstraram uma visão de serviço social tradicional, conservadora. O depoimento da coordenadora da Rede Brasileira de Profissionais do Sexo denunciou a atuação ingênua e pouco atenta à realidade das prostitutas do entorno da Praça Tiradentes, ao propor possível mudança de profissão, oferecendo cursos de artesanato como alternativas de atividade profissional.

De um modo geral, os órgãos municipais mobilizados para atuar na implementação desse projeto não atentaram para uma leitura do território praticado, não reconheceram a memória, a vida e o direito das profissionais do sexo de exercerem o seu trabalho. Em relação ao conjunto dos moradores da área e aos frequentadores do cotidiano da área da Praça Tiradentes, constatamos igualmente um distanciamento significativo entre a condição de vida desses grupos sociais e a almejada no contexto do projeto de “revitalização”. Deveria ser considerada a situação de fragilidade dos residentes e usuários, especialmente os transeuntes que frequentam a área da Praça e seu entorno nos seus deslocamentos cotidianos. As relações sociais tecidas naquele espaço – espaço praticado ao longo de décadas de abandono por parte do Estado – não receberam a atenção necessária no escopo do Projeto Social. Reiteramos a afirmação de que não houve uma percepção mais cuidadosa, direcionada aos *“praticantes ordinários da cidade”*, entre esses, os moradores, os *“caminhantes, pedestres (...), cujo corpo obedece aos cheios e vazios de um ‘texto’ urbano que escrevem sem poder lê-lo”*⁴².

Revestido por um discurso que deveria pressupor a inclusão social, o processo de implantação expressa as dificuldades de concretizar-se uma ação pública democrática. Mais uma vez, na história das intervenções urbanas na cidade do Rio de Janeiro, as idéias de higienização – de limpeza urbana – constituem o imperativo evidenciado. Permanecem as idéias de “criar áreas privilegiadas e de limpá-las de presenças indesejáveis ou de impedir o seu uso por quem não tem qualidade suficiente para consumi-las” (...) “Trata-se de um fenômeno progressivo de uso seletivo do espaço, atrelado a outro de valores econômicos cada vez mais explícitos” (SANTOS, 1983). Aludimos, ainda, à análise de Pinheiro (1986), ao ressaltar que o Estado e as classes dominantes definem, desenham e constroem as cidades. Mas quem as redefine, redesenha e reconstrói são as populações. Dentre os exemplos mais drásticos dessa contribuição efetiva na construção das cidades, destacamos, por um lado, o tão visível exemplo das favelas e, por outro, o não tão visível, mas

igualmente presente, exemplo dos trechos urbanos periféricos ao centro financeiro da cidade, como é o caso da área do Projeto de Revitalização da Praça Tiradentes.

Na concepção de Certeau (1998), as “artes de fazer”, empreendidas pelas populações, são menos evidentes, mais dispersas, muitas vezes silenciosas, todavia revelam maneiras astuciosas de reapropriação do espaço. Segundo os termos do autor, trata-se de uma “fabricação” ou uma “produção”, por parte das populações que usam o espaço urbano, que identificamos como a construção de formas sócio-espaciais possíveis nos interstícios deixados pelos grupos sociais hegemônicos.

Cabe evidenciar que o Projeto proposto incidiu sobre uma área passível de remetimentos simbólicos significativos no que diz respeito aos poderes constituídos em tempos pretéritos – centralidade urbana no período do Brasil Imperial -, que, no entanto, encontrava-se “degradada” e desprestigiada no contexto da metrópole. Moradores e freqüentadores do cotidiano da Praça Tiradentes e suas imediações ocuparam aquele espaço, inserindo ali usos e funções urbanas variados (comércio popular nas edificações legalizadas; comércio ambulante em estruturas precárias; atividades de prostituição e circulação intensa de pedestres). Relegada pelo poder público em diversos períodos, no decorrer do século XX, a Praça transformou-se em lugar de passagem, ponto final de cerca de dez linhas de ônibus e de estacionamento, em vazios urbanos situados nos seus arredores.

A transformação da imagem da Praça por meio da implementação do Projeto deverá modificar e mesmo destruir o espaço construído pelos seus “praticantes ordinários”. De acordo com Melo e Vogel (1984), “o espaço construído é (...) um elemento constitutivo da própria cultura e confere ao modo de vida vigente o seu caráter peculiar”. Compreendendo os espaços como “sistemas de memórias”, em que identidades culturais são forjadas ao longo da história, esses autores assinalam que as intervenções urbanas podem acarretar no “rompimento com o estilo de vida que tais formas abrigavam”. Melo e Vogel referem-se a intervenções urbanas drásticas, como a da “renovação urbana” do bairro do Catumbi realizada em meados dos anos 1960. A intervenção proposta na Praça Tiradentes insere-se no âmbito dos projetos de “revitalização urbana”. Contudo, de maneira distinta, caso o Projeto Urbano não esteja nitidamente comprometido com o Projeto Social, poderão ocorrer modificações significativas na vitalidade tecida pelos moradores e usuários.

Assinalamos o fato de o projeto da Praça Tiradentes ter sido concebido sem a participação dos usuários locais, que só posteriormente foram envolvidos, de forma parcial, em debates referentes à sua implantação. Finalmente, reiteramos que as práticas espaciais desenvolvidas ao longo de décadas propiciaram o desenvolvimento de um tecido urbano frágil mas vital, com significado distinto ao desejado pelo poder público atual. Portanto, há um claro equívoco no termo “revitalização” referido no título e nos objetivos do

projeto e, caso se implementasse a proposta nele contida, a vitalidade existente seria possivelmente substituída por outra, acentuando as perspectivas de “gentrificação”. Os espaços opacos seriam transformados em espaços luminosos.

Carmen Beatriz Silveira é arquiteta-urbanista, doutora pelo IPPUR/UFRJ e atualmente professora na FAU/UFRJ

Notas

- ¹ Este texto sintetiza algumas idéias contidas em nossa tese de doutorado e enfatiza aspectos do Projeto Social, no âmbito do Projeto de Revitalização da Praça Tiradentes. SILVEIRA, Carmen Beatriz. *O entrelaçamento urbano-cultural: centralidade e memória na cidade do Rio de Janeiro*. 2004, 355 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.
- ² Afirmação do historiador Carlos Afonso Marques dos Santos, em entrevista realizada em 29/10/2003.
- ³ VASCONCELLOS, Lélia Mendes e MELLO, Maria Cristina Fernandes. Terminologias em Busca de uma Identidade. *RUA – Revista de Urbanismo e Arquitetura*. Patrimônio: Maquinaria e Memória. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFBA, n. 8, p. 60-63, jul./dez., 2003.
- ⁴ CURY, Isabelle (org.). *Cartas Patrimoniais*. 2ª edição – revista e aumentada. Rio de Janeiro: IPHAN, Edições do Patrimônio, 2000. Cury apresenta essa temática por meio da divulgação de 37 documentos, recomendações ou cartas conclusivas das reuniões destinadas à proteção do patrimônio cultural, realizadas em diversos períodos e lugares do mundo.
- ⁵ Utilizamos aspas para identificar as terminologias (como “revitalização” e “requalificação”) ou as denominações urbanísticas (como “degradado” e “deteriorado”), propositalmente. São termos que, muitas vezes, não correspondem à realidade das intervenções ou da condição urbana dos lugares. “Revitalização”, “requalificação”, em diversos casos, encobrem ações de elitização dos espaços urbanos. Já “degradado” e “deteriorado” são termos muitas vezes utilizados de forma preconceituosa quando tratam da pobreza urbana.
- ⁶ SCHERER, Rebeca. Apresentação. In: LE CORBUSIER. *A Carta de Atenas*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1986, p. 1-15. A Carta de Atenas constitui a interpretação de Le Corbusier a respeito dos debates do IV CIAM, realizado em 1933.
- ⁷ Os diferentes modos de intervenção da cidade são sumarizados por esse autor, considerando apenas três conceitos, relacionados a três períodos distintos. Assim, identifica um modelo “haussmaniano”, ou de “embelezamento urbano”, citando como exemplos as cidades de Paris e Viena; outro “modernista” ou de “renovação urbana”, respaldado especialmente nos ideais da Carta de Atenas de 1933; e o modelo da “revitalização urbana”, desencadeado nas últimas décadas, que busca a recuperação de elementos históricos, simbólicos, sociais e ecológicos a serem compatibilizados com o processo de modernização. SIMÕES JR, José Geraldo. Revitalização de Centros Urbanos. São Paulo: *Publicações Polis*, nº 19, 1994, p. 13-18.
- ⁸ Esta abordagem está mais desenvolvida em nossa tese de doutorado, em que tratamos dos registros sobre a temática preservacionista ocorridos a partir do século XX e divulgados nos documentos analisados.
- ⁹ SCHERER, Rebeca. In: LE CORBUSIER, op. cit., Apresentação. Foram realizados, ao todo, 11 CIAMs, em várias cidades européias, sendo que o último ocorreu em 1959.
- ¹⁰ Num sentido mais amplo, a noção de preservação do patrimônio tem origens que remontam ao século XIX, com as visões de John Ruskin na Inglaterra e Violet Le Duc na França, entre outras.
- ¹¹ Termo que já se tornou parte do vocabulário corrente na mídia e no senso comum.
- ¹² Registramos, neste item, as idéias desenvolvidas por DUBOIS, Vincent. Introduction. In: _____. *La Politique Culturelle - Genèse d' une catégorie d' intervention publique*. Paris: Éditions BELIN, 1999. p. 7 – 21.
- ¹³ Idem, ibidem, p. 13.
- ¹⁴ SPHAN - Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A respeito dos demais órgãos de preservação do patrimônio cultural brasileiro e do estado do Rio de Janeiro, ver CARLOS, Claudio Antônio Santos Lima. *Preservação de Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) da Cidade do Rio de Janeiro*: contribuição aos estudos reflexão sobre o tema. 1997. 219 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Arquitetura) – Programa de Pós Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.
- ¹⁵ O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN foi criado em janeiro de 1937, pela Lei nº 378, com o nome de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, no governo de Getúlio Vargas. Em novembro do mesmo ano foi promulgado o Decreto-Lei nº 25, referente à proteção do patrimônio, vigente até hoje. Assim, a legislação patrimonial surge, primordialmente, em período ditatorial, quando o governo implanta o Serviço de patrimônio para salvaguarda dos bens culturais.

- ¹⁶ Durante aproximadamente 45 anos de atuação do poder público em relação ao patrimônio histórico nacional, mediante a implementação da política do SPHAN (hoje IPHAN), com a aplicação da Lei 25, de 1937, foram tombados cerca de 900 imóveis, ao passo que, em quatro anos de implementação do Projeto Corredor Cultural, foram preservados cerca de 1300 imóveis. CAMPOFIORITO, Italo. Patrimônio Cultural: “Onde a cultura existe, dar voz a ela”. *Revista do Brasil: política cultural do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Ciência e Cultura, Edição Especial, p. 6-17, 1986. p.6.
- ¹⁷ Criação da Zona Especial do Corredor Cultural, de preservação paisagística e ambiental do Centro da Cidade - Lei 506, de 17/01/84.
- ¹⁸ O projeto SAGAS - também precursor no campo da preservação urbana carioca – iniciou a sua trajetória pouco tempo depois do Corredor Cultural, em 1982, com a fundação da Associação de Moradores do Bairro da Saúde – AMAS. Ver SAMPAIO, Julio César R. A trajetória da Preservação dos Bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo. *Áreas Portuárias- Cadernos do Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, n. 4/5, 1994.
- ¹⁹ SIMÕES JR, José Geraldo, Revitalização de centros urbanos. São Paulo: *Publicações Polis*, n. 19, p.13-18, 1994. p. 65.
- ²⁰ Concebidas a partir da institucionalização do Corredor Cultural, em 1984, a maior parte das APACs foi implementada até o ano de 1993, fruto de um relacionamento entre poder público e sociedade civil. Após um período de retração no interesse pelas APACs, no ano de 2001, este instrumento emergiu na mídia impressa, em razão do seu acionamento por parte do poder público, aparentemente, como uma retomada da temática preservacionista. Algumas APACs recém-criadas tem suscitado debates acadêmicos, na mídia e no âmbito do poder público municipal, apontando a sua utilização como instrumento de planejamento urbano, que ultrapassa a questão da preservação.
- ²¹ FERRAN, Márcia de Noronha Santos. *Participação, política cultural e revitalização urbana nos subúrbios cariocas: o caso das Lons Culturais*. 2000. 140 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Programa de Pós Graduação em Urbanismo - PROURB, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- ²² Versão anterior deste item foi realizada para o Boletim do Laboratório da Conjuntura Social: tecnologia e Território LASTRO – IPPUR/UFRJ, em 2006.
- ²³ Além do Rio de Janeiro, foram selecionadas as seguintes cidades: Olinda, Ouro Preto, Recife, Salvador, São Paulo e São Luiz.
- ²⁴ Rio de Janeiro. Prefeitura. *Projeto Tiradentes*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Patrimônio Cultural, nov. 1999. p. 14.
- ²⁵ Grande parte do Projeto situa-se na APAC do Corredor Cultural e o restante, na APAC Cruz Vermelha e Adjacências.
- ²⁶ Rio de Janeiro. Prefeitura. Projeto de Revitalização da Praça Tiradentes - UEP Tiradentes. *Relatório, Ações 2003*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, 2003.
- ²⁷ No desenvolvimento da nossa pesquisa, realizamos 44 entrevistas, entre as quais figuravam os diversos coordenadores que estiveram à frente do Projeto, desde a instalação da primeira equipe de trabalho.
- ²⁸ Essa obra estava sendo considerada como parte do Projeto de Revitalização da Praça Tiradentes, embora seja resultado de um movimento promovido pelos comerciantes da própria Rua do Lavradio, posteriormente incluída no Projeto.
- ²⁹ Restauração do conjunto escultórico da Praça e re colocação das esculturas anteriormente retiradas; recuperação parcial do teatro Carlos Gomes; de parte do edifício nº 71, ao lado do solar do Visconde do Rio Seco (em andamento); do telhado da Igreja do Santíssimo Sacramento e início da recuperação da antiga casa de Bidu Sayão (obras paralisadas).
- ³⁰ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano:1. artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 171.
- ³¹ LABELT – Laboratório de Lazer e Espaços Turísticos. *Levantamento de Dados Sócio-Econômicos da Praça Tiradentes e Arredores*. Coord. MARTINS, Ângela Maria Moreira. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro. CD-ROM, [2002]. Cada uma das duas etapas desenvolveu-se durante um mês, aproximadamente.
- ³² Segundo Ângela Martins, foram registradas as características de todas as edificações existentes nas quadras examinadas e o questionário foi aplicado a um percentual expressivo de moradores. Só não foram coletados dados nas unidades domiciliares em que os moradores não foram encontrados após três tentativas de contato feitas pela equipe de trabalho, ou naquelas que se encontravam fechadas ou em reforma. Entrevista realizada em dez. de 2003.
- ³³ Considerando o uso misto como uma totalidade, identificamos, na sua desagregação, os seguintes percentuais: uso comercial e residencial (43,7%); comercial e institucional (36,6%); comercial e turístico (14,1%); comercial, institucional e residencial (4,2%), além de residencial e institucional (1,4%).
- ³⁴ Em termos absolutos, constamos a existência de 319 edificações comerciais, 71 de uso misto e 37 destinadas ao uso institucional. Apenas 7 imóveis residenciais eram exclusivamente residenciais.
- ³⁵ No relatório do Levantamento Sócio-Econômico, há uma complementação desses dados, na qual se menciona que a maior parte dos domicílios é constituída por moradores solteiros ou por casais sem filhos.
- ³⁶ Adaptação, para a língua portuguesa, da expressão *sex workers*, adotada no Brasil como forma de legitimação da atividade de prostituição, de acordo com a informação de Gabriela Leite, coordenadora da Rede Brasileira de Profissionais do Sexo. Entrevista realizada em ago. 2004.
- ³⁷ Entrevista realizada em abril de 2004.

³⁸ A ONG Davida tem atuação conjunta à Rede Brasileira de Profissionais do Sexo. Entrevista realizada com Gabriela Leite em agosto de 2004.

³⁹ Entrevista realizada com Ângela Martins em dezembro de 2003.

⁴⁰ Excetuando-se as questões relativas ao levantamento qualitativo, iniciativa acadêmica independente das ações da UEP – Tiradentes.

⁴¹ Assinalamos a implementação de ações para estimular a participação da comunidade no processo de implantação do Projeto de Revitalização, mediante a criação de parcerias com grupos, comissões e organizações estruturadas, que deveriam auxiliar na promoção social dos moradores e demais usuários da área, contribuindo para o alcance da sustentabilidade pretendida pelo Programa Monumenta.

⁴² CERTEAU, Michel de. Op. cit., p. 171.

Referências Bibliográficas

CAMPOFIORITO, Ítalo. Patrimônio Cultural: “Onde a cultura existe, dar voz a ela”. *Revista do Brasil*: política cultural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Ciência e Cultura, Edição Especial, p. 6-17, 1986.

CARLOS, Claudio Antônio Santos Lima. *Preservação de Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) da Cidade do Rio de Janeiro*: contribuição aos estudos reflexão sobre o tema. 1997. 219 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Arquitetura) – Programa de Pós Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998 [1990] 351 p.

CURY, Isabelle (Org.). *Cartas patrimoniais*. 2. ed. – revista e aumentada. Rio de Janeiro: IPHAN, Edições do Patrimônio, 2000. 383 p.

DUBOIS, Vincent. *La politique culturelle - Genèse d' une categorie d' intervention publique*. Paris: Éditions BELIN, 1999. 381p.

FERRAN, Márcia de Noronha Santos. *Participação, política cultural e revitalização urbana nos subúrbios cariocas: o caso das Lonas Culturais*. 2000. 140 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Programa de Pós Graduação em Urbanismo - PROURB, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

LABLET – Laboratório de Lazer e Espaços Turísticos. *Levantamento de Dados Sócio-Econômicos da Praça Tiradentes e Arredores*. Coord. MARTINS, Ângela Maria Moreira. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro. CD-ROM, [2002?].

MELO, M. Antônio da S., VOGEL, Arno. Sistemas Construídos e Memória Social: uma arqueologia urbana?. *Revista de Arqueologia*. Belém: Museu Emílio Goeldi, v. 2, n. 2, jul/dez.1984. p. 46-50.

PINHEIRO, Paulo Sergio. Contra o urbanismo despótico. *Espaço e Debates*, São Paulo: USP/NERU, n. 17, 1986.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. A acumulação primitiva do capital simbólico. In: *Corpos e Cenários Urbanos*. JEUDY, Henri-Pierre; JACQUES, Paola B. (Org.) Salvador: EDUFBA;PPG-AU/FAUFBA, 2006. p. 39-50.

SCHERER, Rebeca. Apresentação. In: LE CORBUSIER. *A Carta de Atenas*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1986. p. 1-15.

VASCONCELLOS, Lélia Mendes; MELLO, Maria Cristina Fernandes. Terminologias em busca de uma identidade. *RUA: Revista de Urbanismo e Arquitetura*. Patrimônio: Maquinaria e Memória. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, n. 8, p. 60-63, jul./dez., 2003.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. Velhas novidades nos modos de urbanização brasileiros. In: Valadares, L. (Org.). *Habituação em questão*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983. p.17-47.

SANTOS, Milton. Uma ontologia do espaço: noções fundadoras. In: _____. *A Natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1999. p.15-88.

SILVEIRA, Carmen Beatriz. *O entrelaçamento urbano-cultural: centralidade e memória na cidade do Rio de Janeiro*. 2004, 355 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

SIMÕES JR, José Geraldo. Revitalização de Centros Urbanos. São Paulo: *Publicações Polis*, nº 19, 1994, p. 13-18.